http://dx.doi.org/10.22420/rde.v19i45.2406

Educação democrática e os desafios do século XXI

LAVAL, Christian & VERGNE, Francis.
Educação democrática: a revolução escolar iminente.
Petrópolis: Vozes, 2023. 392 p.

O livro *Educação democrática: a revolução escolar iminente*, escrito por Christian Laval e Francis Vergne, foi publicado em 2023 pela editora Vozes. A obra examina como o sistema educacional tem sido moldado pelas dinâmicas do capitalismo neoliberal, destacando a necessidade de uma ruptura estrutural para que a escola se torne um espaço efetivamente democrático. Ao longo de 392 páginas, os autores exploram as relações entre educação, política e economia, propondo alternativas para a construção de um modelo educacional mais autônomo e inclusivo.

Laval e Vergne desconstroem a ilusão de que as desigualdades educacionais podem ser analisadas de forma isolada. Para eles, a educação não é apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas um reflexo das disparidades sociais e econômicas que a moldam e, muitas vezes, a aprisionam. A obra questiona a crença ingênua de que ampliar o acesso à escola por si só significa democratizar o ensino. Afinal, de que serve um direito que existe apenas no papel? A educação, argumentam os autores, precisa ser mais do que uma promessa formal, deve se tornar uma garantia real e estruturante.

O livro expõe como o neoliberalismo infiltrou-se no coração das políticas educacionais, transformando a escola em uma engrenagem do mercado. Em vez de um espaço de formação crítica, a instituição passa a operar como uma linha de produção de mão de obra. Competitividade e produtividade deixam de ser apenas termos econômicos e se tornam diretrizes para reformular a educação, minando sua dimensão pública e coletiva (LAVAL & VERGNE, 2023, p. 37). O resultado? Um ensino esvaziado de sentido, reduzido a um processo tecnicista que ignora as relações sociais e políticas que deveriam sustentá-lo.

A obra desmonta a noção de *capital humano* como um ideal neutro e necessário ao progresso. Laval e Vergne revelam como esse conceito, amplamente adotado nas políticas educacionais contemporâneas, não passa de um mecanismo sofisticado de subordinação. O conhecimento, antes visto como ferramenta de emancipação, é reduzido a um ativo econômico, algo a ser acumulado, gerenciado e rentabilizado. Nesse cenário, a escola se converte em uma fábrica de competências, onde o desenvolvimento humano dá lugar à capacitação técnica voltada às demandas do mercado. Esse deslocamento compromete a formação cidadã e o compromisso com uma educação que vá

além da adaptação a um sistema desigual. A lógica do capital não apenas instrumentaliza o ensino, mas enfraquece os princípios democráticos que deveriam sustentá-lo.

Os autores ampliam a crítica ao associar o modelo educacional vigente à crise ambiental. Para eles, qualquer projeto de educação verdadeiramente democrática precisa romper com a matriz industrialista que estruturou os sistemas de ensino ao longo da história (LAVAL & VERGNE, 2023, p. 27). A escola, nesse contexto, não pode tratar a questão ecológica como um tema periférico dentro do currículo. Pelo contrário, a sustentabilidade deve ser um eixo central, orientando práticas pedagógicas e reconstruindo a própria lógica de funcionamento da escola. A ausência dessa perspectiva reduz a educação a um instrumento de manutenção da degradação ambiental, perpetuando um modelo de desenvolvimento que ignora os limites dos ecossistemas.

A escola, então, precisa se reinventar não apenas em seus conteúdos, mas em sua estrutura e em sua lógica de funcionamento. Os autores defendem que a autonomia das instituições educacionais deve ser um princípio inegociável. A centralização burocrática e a submissão das escolas a interesses políticos e econômicos comprometem sua função social, reduzindo a educação a um processo administrativo e não a um espaço de construção do pensamento. A saída está na gestão coletiva e participativa, onde professores/as, estudantes e comunidades locais tenham voz ativa na definição dos currículos, metodologias e práticas pedagógicas (LAVAL & VERGNE, 2023, p. 190). Sem essa mudança estrutural, a escola continuará operando como uma engrenagem do sistema vigente, perpetuando desigualdades em vez de combatê-las.

A liberdade de pensamento surge, nesse contexto, como um dos pilares de uma educação verdadeiramente democrática. Laval e Vergne alertam para os riscos do controle excessivo sobre os conteúdos educacionais, exercido tanto por governos quanto por corporações, que moldam a educação conforme interesses alheios ao desenvolvimento humano. Quando a escola se torna refém de agendas políticas e econômicas, a diversidade de ideias é sufocada, e a possibilidade de um ensino crítico e emancipador se dissolve. Para os autores, é imprescindível que a escola seja um espaço de debate e reflexão, um território onde o pensamento plural e divergente tenha lugar, seja incentivado e protegido.

Mas de que adianta falar em autonomia e liberdade se os/as professores/as são desvalorizados/as? A precarização do trabalho docente aparece como um dos principais entraves à construção de um ensino democrático. Laval e Vergne demonstram como a desvalorização da carreira, expressa em baixos salários, sobrecarga de trabalho e perda de autonomia pedagógica, compromete a qualidade do ensino e desmotiva qualquer tentativa de inovação (LAVAL & VERGNE, 2023, p. 42). Um/Uma professor/a submetido/a a condições precárias dificilmente conseguirá romper com modelos ultrapassados ou criar experiências significativas para seus/suas alunos/as. Garantir condições dignas

de trabalho não é um favor, mas uma necessidade para que a educação possa cumprir seu papel transformador.

A precarização do trabalho docente, portanto, não é um efeito colateral, mas uma engrenagem essencial do sistema que mantém a educação subordinada a interesses alheios ao seu propósito emancipador. Laval e Vergne demonstram como baixos salários, excesso de burocracia e a perda progressiva da autonomia pedagógica reduzem o/a professor/a a mero/a executor/a de diretrizes impostas de cima para baixo, desestimulando inovações. O desengajamento docente, longe de ser uma questão individual, é o resultado de um modelo que sufoca a criatividade e desvaloriza o papel intelectual de educadores/as. Para romper com essa lógica, os autores defendem que a valorização da profissão deve ir além do reconhecimento simbólico, exigindo melhorias concretas nas condições de trabalho e a ampliação da liberdade pedagógica. Sem isso qualquer discurso sobre ensino de qualidade se torna vazio, pois um/uma professor/a exaurido/a e cerceado/a dificilmente poderá formar cidadãos/ãs críticos/as e conscientes.

Mas a questão não se limita à docência. O próprio currículo escolar reflete uma estrutura que fragmenta o conhecimento e dificulta a construção de uma visão integrada da realidade. Laval e Vergne criticam o modelo educacional que compartimentaliza saberes em disciplinas isoladas, impedindo que estudantes compreendam a complexidade do mundo em que vivem. A proposta dos autores passa pela construção de um currículo que articule diferentes áreas do saber, promovendo conexões entre os conteúdos e estimulando um pensamento mais amplo e crítico (LAVAL & VERGNE, 2023, p. 201). Além disso, a escola precisa ser um espaço genuinamente inclusivo, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural, tenham acesso a um ensino que respeite e valorize a diversidade como um princípio estruturante.

No entanto, essa transformação não pode ocorrer de maneira isolada. Laval e Vergne deixam claro que qualquer mudança significativa na educação deve estar vinculada a um projeto político mais amplo de democratização da sociedade. A luta por uma escola mais justa e equitativa não se dissocia da necessidade de redistribuição de riqueza, do fortalecimento da participação popular e da superação das desigualdades sistêmicas. Em outras palavras, a revolução educacional só será possível se vier acompanhada de uma reestruturação social que desafie os mecanismos de opressão e promova uma democracia efetivamente participativa e ecológica. Caso contrário, a educação continuará sendo apenas um reflexo das assimetrias que pretende superar.

Compreender os fatores sociais, econômicos e políticos que moldam a estrutura educacional, segundo Laval e Vergne, não é apenas uma questão de diagnóstico, mas de enfrentamento das desigualdades que atravessam a escola e comprometem seu papel emancipador. A crise educacional, argumentam os autores, não pode ser dissociada das assimetrias mais amplas da sociedade, pois é dentro desse contexto que se definem os limites e possibilidades da formação oferecida. Dessa forma, a análise desses fatores não

deve se restringir à constatação da exclusão educacional, mas deve servir como base para a construção de estratégias que transformem a escola em um espaço de autonomia, participação e democratização do conhecimento.

Entre os desafios mais prementes, a obra destaca a submissão da educação às exigências do mercado de trabalho, uma relação que, longe de ser natural, resulta de escolhas políticas que reduzem o ensino a uma ferramenta de adaptação ao sistema produtivo. Laval e Vergne demonstram como essa lógica se acentuou com a ascensão do neoliberalismo, período em que a escola passou a ser cada vez mais pressionada a formar indivíduos/as funcionalmente adequados/as às demandas econômicas. Como consequência, disciplinas humanísticas foram sendo gradativamente desvalorizadas, enquanto a noção de *competências úteis* ganhou centralidade, limitando a educação a uma perspectiva instrumental que privilegia a empregabilidade em detrimento da formação crítica e cidadã. Assim, qualquer tentativa de superar esse quadro exige uma reformulação profunda do modelo educacional, rompendo com a visão tecnicista que restringe o aprendizado à mera absorção de conteúdos. A escola, sustentam Laval e Vergne, precisa assumir uma postura ativa no reconhecimento das múltiplas realidades dos/das estudantes, garantindo que suas condições sociais sejam levadas em consideração na organização do ensino.

A ausência de políticas educacionais que enfrentem de maneira estrutural as desigualdades sociais, segundo Laval e Vergne, compromete a possibilidade de uma verdadeira democratização do ensino. Os autores alertam que ampliar o acesso às escolas sem modificar profundamente o modelo pedagógico e a organização institucional é insuficiente para garantir equidade na aprendizagem.

Nesse sentido, a obra critica os impactos das reformas neoliberais que, sob o pretexto de eficiência, promoveram uma centralização das decisões educacionais, subordinando-as a interesses governamentais e empresariais. Laval e Vergne apontam que essa lógica transforma as instituições de ensino em espaços vulneráveis à influência do mercado, restringindo sua autonomia e reduzindo o papel de educadores/as. Como contraponto, os autores defendem um modelo baseado na cooperação e na autogestão, proposta que não é apenas um ajuste administrativo, mas um reposicionamento fundamental da escola enquanto espaço de construção democrática do saber.

Ao longo da obra, os autores reafirmam que a educação não deve ser encarada como um serviço ou uma mercadoria, pois é um direito inalienável e um bem público essencial à vida democrática. Para Laval e Vergne, a escola precisa ser um território de pensamento crítico e reflexão, livre das amarras do utilitarismo econômico que a reduz a uma preparação técnica para o mercado. Essa reconstrução do ensino passa pela valorização do conhecimento como emancipação. | Assim, a reconstrução do ensino depende de um compromisso com a redistribuição de riqueza, a ampliação dos direitos sociais e o fortalecimento da participação popular nas decisões políticas. Somente dentro desse

horizonte maior será possível conceber uma escola verdadeiramente comprometida com a justiça e a equidade.

A principal contribuição do livro reside na defesa de uma escola que supere a lógica do capital humano, a qual reduz o aprendizado a um mero instrumento de produtividade. Laval e Vergne argumentam que a educação deve ser compreendida como um direito coletivo e um espaço de formação crítica, capaz de fomentar a autonomia intelectual e o engajamento cidadão. Nesse sentido, *Educação democrática: a revolução escolar iminente* se firma como uma obra propositiva, oferecendo caminhos para uma transformação estrutural da escola e, por extensão, da sociedade. Os autores reforçam que a democratização do ensino não pode ser desvinculada das lutas políticas e sociais mais amplas, enfatizando que uma escola verdadeiramente inclusiva e autônoma só é possível dentro de um projeto que priorize a justiça social e a ampliação dos direitos coletivos.

Trata-se de uma leitura indispensável para educadores/as, pesquisadores/as e formuladores/as de políticas que buscam repensar a educação como um vetor de transformação social.

Recebido em: 14/02/2025; Aprovado em: 27/05/2025.

FELIX ELIAS CARDOSO QUINTUS
Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, Brasil.